

# Novo valor se alevanta

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

A impressionante vitória de Donald Trump na eleição norte-americana derrubou as previsões feitas pelos institutos de pesquisa e pelos chamados observadores. Todos previam uma eleição disputada, voto a voto, o que não se revelou afinal. Trump venceu bem e fácil, fez a maioria na Câmara de Representantes e no Senado. Ou seja, vai governar com as mãos livres para tomar as decisões que bem entender. No intervalo entre as duas guerras mundiais, os Estados Unidos assumiram uma posição voltada para seus interesses internos, na tentativa de superar a profunda recessão. Foi a abertura para o mundo, feita por Franklin Roosevelt, que colocou o país na posição de primeira economia do mundo. Trump, agora, quer percorrer o caminho contrário — retornar ao isolacionismo.

A velha direita norte-americana anda muito assustada com os ganhos recentes dos países asiáticos, em especial os da China. Os chineses cometeram a heresia de desafiar o império americano naquilo que tinha ou tem de mais relevante: seu controle sobre o comércio internacional. Os chineses foram mais longe e avançaram muito na tecnologia. Hoje, estão à frente do grande irmão do norte. E no campo do comércio, o mercado mundial foi inundado por produtos chineses de baixo custo que, rapidamente, venceram a concorrência com seus congêneres norte-americanos. O desemprego apareceu no antigo centro do mundo.

A reação teria de vir, cedo ou tarde. Os chineses que, na política externa agem como jogadores de xadrez, devem ter previsto o fenômeno. A China não poderia crescer indefinidamente e colocar o império contra a parede. Haveria, em algum momento, forte reação. Aconteceu agora. É curioso que latinos e negros, aculturados na sociedade norte-americana, se associem à ascensão da direita, porque os empregos deles também estão ameaçados. A realidade da economia internacional, decorrente da globalização, mexeu nos fundamentos de todo o mundo e deixou os norte-americanos preocupados. Eles, que defendiam a abertura dos mercados e o livre-comércio, agora propugnam pelo protecionismo radical.

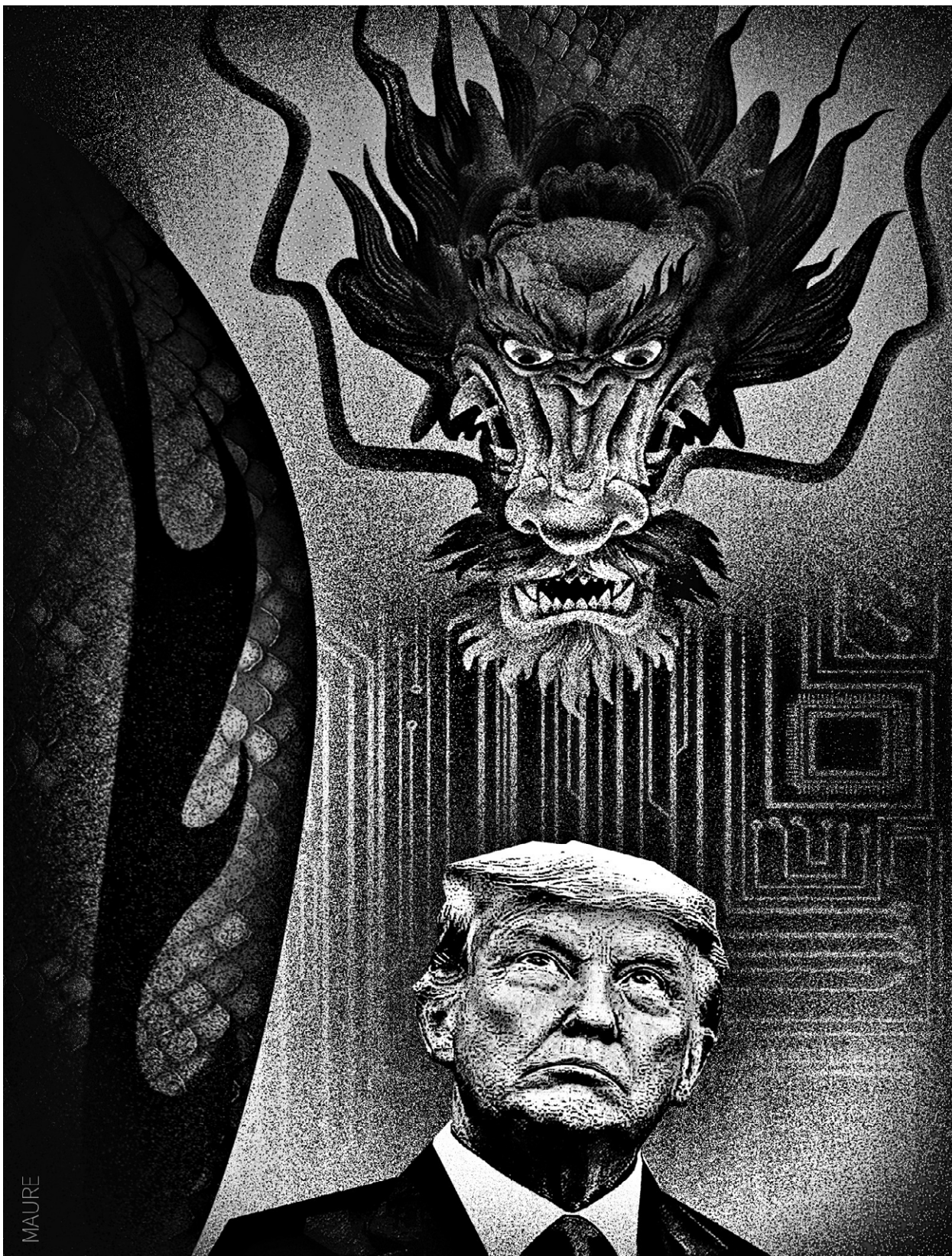
Há diferença entre intenção e gesto. Distância entre o candidato e o presidente. Nem sempre o figurino de um cabe no perfil do outro. Mesmo vencedor em larga escala, Trump terá dificuldades naturais para exercer solitariamente sua vontade. Taxar produtos chineses para proteger a indústria norte-americana pode significar elevação de preços internos. Ou seja, mais inflação. Ele assumiu o compromisso de baixar a inflação e elevar o nível de emprego. A primeira tentação será pular por cima de barreiras que impeçam a maior produção de bens minerais, entre eles o petróleo. A política externa deverá oferecer cenários de corar frade de pedra. Não é preciso ter bola de cristal para prever que ele vai se envolver na guerra da Ucrânia e deixar o assunto para os europeus. Deve conversar com seu amigo Vladimir Putin e tentar algum tipo

de acordo. Mas sempre estará preocupado em reduzir os custos dos Estados Unidos para manter a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

O governo de Israel pode soltar foguetes. Trump será muito favorável ao governo de Jerusalém e tende a não dar muita atenção à reclamação dos árabes. Deve aprofundar algum tipo de isolamento ainda maior a países como Irã e Venezuela, na América do Sul. O Brasil, naturalmente, permanece fora das preocupações do presidente dos Estados Unidos. Lula, aliás, cometeu o incrível deslize de, na véspera da eleição, elogiar Kamala Harris e chamar Trump de nazista. Só resta correr atrás do prejuízo. A política externa brasileira, que começou com pose de primeiro mundo, não chegou a lugar nenhum.

A principal consequência da vitória de Trump

no Brasil deverá ter caráter político. A agenda ambiental será modificada de alguma maneira. Mas o principal realinhamento será o reforço dos grupos de direita e centro-direita do Brasil. O ex-presidente Jair Bolsonaro pode começar a sonhar com possível perdão na Justiça brasileira, que sabe o momento e a hora de se curvar às realidades da política. Todo o desenrolar da Operação Lava Jato, o vai e vem das interpretações jurídicas, justificam a crença de que o entendimento jurisprudencial se movimentará segundo as principais tendências do momento. Os novos candidatos à Presidência da República vão aparecer logo. E a esquerda precisará correr muito para encontrar um candidato com chances de vitória, diante da avalanche direitista que deve varrer o mundo ocidental. Um novo valor se alevanta.



MAURO

## 20 anos sem Yasser Arafat

» MARCO AURELIO MOURA DOS SANTOS  
Doutor em direito internacional e comparado (USP), pesquisador do Grupo de Estudo sobre Proteção Internacional das Minorias no Direito Internacional (Gepim-USP)

Em 11 de novembro de 2024, completam-se duas décadas da morte de Yasser Arafat, figura central na luta palestina e no complexo cenário do Oriente Médio. Com um legado que combinou resistência, negociações e tentativas de pacificação, Arafat se consolidou como um dos líderes mais influentes e controversos do século 20.

Nascido Mohammed Abdel-Raouf Arafat Al Qudwa Al-Husseini, no Cairo (Egito), em 1929, recebeu o apelido de Yasser, que significa afável. Construiu fortuna como comerciante no Kuwait, onde participou da criação do Fatah, organização de resistência armada contra a ocupação israelense na Palestina. Com o apoio de diversos países árabes, Arafat foi eleito em 1969 como líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1974, fez sua primeira aparição na sede das Organizações das Nações Unidas (ONU) e, num discurso enérgico e marcante, trouxe a questão palestina à atenção mundial, iniciando uma trajetória em que buscava conciliar diplomacia e resistência.

Yasser Arafat dedicou sua vida à busca pela autodeterminação palestina e por uma solução pacífica no conflito com Israel. Embora, inicialmente, a OLP tenha adotado estratégias de luta armada, a liderança de Arafat nos anos de 1980 apontou para renúncia ao terrorismo e o reconhecimento do direito de existência de Israel. O movimento estratégico redefiniu a luta palestina, aproximando-a das esferas de diplomacia e direitos humanos.

A assinatura dos Acordos de Oslo, em 1993, foi um marco para Arafat. Negociados com o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin e o chanceler Shimon Peres, os acordos simbolizavam um avanço inédito para a pacificação do conflito. Para o direito internacional, Oslo representava uma tentativa de garantir o direito à autodeterminação da Palestina, conforme estabelecido pela ONU. A criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP) em 1994, destinada a administrar territórios palestinos como uma etapa para a independência, reforçou essa visão.

Contudo, as promessas de Oslo se mostraram difíceis de concretizar. A ocupação israelense avançou, com novos assentamentos em territórios palestinos, prática considerada violação do direito humanitário internacional. A incapacidade de implementar o acordo alimentou a insatisfação e radicalização de facções palestinas, enfraquecendo a confiança na paz.

Eleito presidente da ANP em 1996, Arafat enfrentou enormes desafios para liderar uma população sob ocupação e em condições precárias. Com restrições severas de movimento, demolições de casas e prisões arbitrárias, os palestinos em Gaza e na Cisjordânia conviviam com a deterioração dos direitos humanos.

A Segunda Intifada (2000-2005) intensificou a violência naquele contexto, dificultando os esforços de paz e isolando Arafat politicamente. Cercado em seu quartel-general em Ramallah, viu o controle sobre a situação ser enfraquecido pelo crescimento do Hamas, que rejeitava os acordos de paz e se opunha à linha diplomática.

Apesar da pressão e do crescimento do radicalismo, Arafat manteve-se distante das agendas de grupos armados islâmicos, como o Hamas e o Hezbollah. Embora inicialmente tenha defendido a resistência armada como um direito de um povo sob ocupação, seu objetivo era a pacificação. A recusa de Arafat em apoiar abertamente esses grupos refletia a percepção de que a radicalização militar poderia deslegitimar a causa palestina. Mesmo com esforços para alcançar uma paz, o prolongado conflito e a ocupação israelense comprometeram o sonho de um Estado palestino independente. A prisão domiciliar imposta a Arafat desde o início da Segunda Intifada até seu adocimento tornou-se um símbolo das dificuldades enfrentadas pelo líder e de sua luta por uma solução diplomática.

Duas décadas após sua morte, o legado de Arafat é marcado por uma mistura de esperança e frustração. O líder levou a questão palestina ao cenário global e buscou apontar para a paz. No entanto, o fracasso em alcançar um acordo duradouro e proteger os direitos da população palestina sob ocupação marcam seus últimos anos. O conflito Israel-Palestina persiste como um dos desafios mais complexos do cenário mundial. A visão de Arafat por um Estado palestino soberano e independente ainda é um objetivo distante, mas seu nome continua associado à luta por justiça e à busca por uma solução pacífica para um dos conflitos mais duradouros e delicados da Era Moderna.

## O papel estratégico das instituições particulares na internacionalização do ensino superior brasileiro

» CELSO NISKIER

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e doutor em inteligência artificial

A internacionalização do ensino superior faz parte da agenda central para as universidades de todo o mundo, e o Brasil não pode ficar de fora desse movimento. Recentemente, 40 reitores e gestores educacionais estiveram no Reino Unido, reforçando a importância dessa estratégia, especialmente para as instituições particulares brasileiras. A visita a algumas das melhores e mais relevantes universidades do mundo, como Cambridge, Oxford, University College London e King's College, proporcionou um espaço de diálogo e aprendizagem fundamental para o avanço do nosso ensino superior.

A experiência evidenciou que a internacionalização vai muito além do simples intercâmbio entre estudantes e professores. Ela envolve a criação de parcerias estratégicas que conectam nossa produção acadêmica e pesquisa às principais tendências globais, como as tecnologias emergentes, a saúde e o desenvolvimento sustentável.

Ao visitar universidades britânicas de renome, ficou claro que as instituições particulares brasileiras têm muito a oferecer e a ganhar com esses projetos de cooperação internacional. As conversas com lideranças da Brunel University, por exemplo, abriram possibilidades concretas de intercâmbio de conhecimento em áreas críticas, como a saúde, onde a demanda por profissionais qualificados é crescente

em todo o mundo. O Brasil, com seu vasto potencial humano e acadêmico, pode contribuir significativamente para a formação de profissionais que respondam a essa demanda global.

Outro aspecto relevante desse processo de internacionalização é o impacto que ele tem na pesquisa e inovação. Na Universidade de Cambridge, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) foi convidada a integrar um grupo focado na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, que será realizada no Brasil (COP30). Trata-se de uma amostra de como a colaboração internacional pode impulsionar o desenvolvimento de soluções para os grandes desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas. Essa aliança nos posiciona como atores relevantes em discussões globais, oferecendo aos nossos estudantes e pesquisadores oportunidades únicas de fazer parte de iniciativas que influenciam o futuro do planeta.

Além das parcerias estratégicas, a internacionalização também promove a inserção dos nossos alunos em um contexto multicultural, preparando-os para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais globalizado e interconectado. As instituições particulares, com sua flexibilidade e capacidade de adaptação, desempenham um papel relevante

nesse processo, pois conseguem responder rapidamente às demandas do mercado e da sociedade, ajustando suas ofertas acadêmicas e investindo em tecnologias que permitem a colaboração internacional em tempo real.

O Reino Unido, com suas universidades seculares e foco em excelência, deixou uma lição valiosa ao grupo: o futuro do ensino superior passa, necessariamente, pela construção de pontes com outras nações. O Brasil tem um longo caminho a percorrer nesse sentido, e as instituições particulares de ensino superior têm uma responsabilidade e uma oportunidade única de liderar o movimento de internacionalização, promovendo a troca de conhecimento e fomentando a inovação.

Estamos diante de um cenário onde as fronteiras acadêmicas se tornam cada vez mais tênues, e a educação brasileira, especialmente as faculdades, centros acadêmicos e universidades particulares, tem muito a ganhar ao se conectar com as melhores práticas globais. Cabe à ABMES, como entidade que representa o setor de maneira tão significativa, continuar atuando ativamente para que essas parcerias frutifiquem e tragam resultados concretos para o desenvolvimento do nosso país, fortalecendo a internacionalização do ensino superior brasileiro como uma alavanca para o progresso econômico e social.